



III SRCCC
Seminário Regional
Comércio, Consumo e Cultura
nas cidades
Sobral-CE, 19 a 22 de junho de **2017**

PRODUZINDO NO CAMPO, NEGOCIANDO NA CIDADE: DINAMISMO ECONÔMICO E REGIONAL A PARTIR DE UM ARRANJO PRODUTIVO LOCAL EM PICOS/PI

Juscelino Gomes Lima¹

RESUMO

O presente artigo busca analisar a dinâmica do Arranjo Produtivo Local da cajucultura na Microrregião da cidade de Picos/PI. Para tanto, é tomado como referência e identificação, as diferentes instituições e suas políticas/ações de incentivo, bem como os atores sociais envolvidos para crescimento e desenvolvimento do referido APL. Com vistas ao objetivo proposto, a fundamentação metodológica se deu a partir de dois enfoques: a primeira, a partir de uma revisão de literatura e obtenção de dados secundários e uma segunda, de natureza empírica. Concluiu-se que a importância daquela cidade piauiense no contexto das dinâmicas produtivas do arranjo da cajucultura no interior de sua Microrregião se faz comparativamente à presença de “portas” em uma moradia, as de entradas e as de saídas, ambas no caso desta pesquisa, no formato de diferentes oportunidades. As primeiras, relacionada à oportunidade de acordos/negociações comerciais e convênios, a partir da presença de diferentes investidores e instituições interessadas em tais arranjos. Já as de saída funcionam como “loja das fábricas cooperadas” dos produtos comercializados regional e nacionalmente, fato que tem permitido fortes relações com o campo produtor e as cidades sob sua influência, fatos reveladores de um dinamismo econômico e regional.

Palavras chave: Cajucultura; Dinamismo; Produção.

1. INTRODUÇÃO

O esgotamento do modelo fordista de produção, nos idos dos anos de 1970 forçou a emergência e a reorganização dos sistemas e das estruturas produtivas mundiais, fato que motivou novas relações e realidades sociais em diferentes quadros territoriais. Aos países da periferia capitalista, tal condição foi desigual, contraditória e complementar aos quadros da produção internacional “modificando a forma com que o capital realiza a produção de mercadorias” (DUARTE, 2000, p. 50).

No caso brasileiro, ao longo dos anos de 1990, sua inserção, se deu sob uma lógica de comando e dependência externa, onde seus recortes regionais, seletivamente foram escolhidos para recebimento de investimentos desterritorializados. Nessa composição, nem todas as regiões do país foram beneficiadas, oportunidade que estimulou o aparecimento dos Arranjos Produtivos Locais

¹ Professor e pesquisador do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI.
geocelino@hotmail.com.

(APL's). De forma bem clara, Benko (1996, p. 17) diz que a existência dos mesmos se fazem dentro de um mosaico global de regiões em estágios diferentes de desenvolvimento e organização socioprodutiva e institucional, registro ímpar do período de globalização econômica.

Nesse contexto, a adoção de novas estratégias de produção, a partir de potencialidades regionais no Piauí, oriundas do campo – apicultura e cajucultura – tem projetado o sertão piauiense, mas particularmente, a Microrregião de Picos/PI, formada por mais de 20 municípios potencialmente produtivos, a um dinamismo econômico e regional, estando a cidade de Picos, como centro das atenções dos investimentos em tal arranjo, considerando diferentes ações/políticas institucionais e atores sociais envolvidos.

O artigo busca analisar a dinâmica produtiva do Arranjo Produtivo Local da cajucultura na Microrregião da cidade de Picos/PI. É destacada nesse interim, a importância que esta cidade tem assumido para o cenário evolutivo de tal arranjo. Para tanto, é tomado como referência e identificação, as diferentes instituições e suas políticas/ações de incentivo, bem como os atores sociais envolvidos para crescimento e desenvolvimento do referido APL. Com vistas ao objetivo proposto, a fundamentação metodológica se deu a partir de dois enfoques: a primeira, a partir de uma revisão de literatura e obtenção de dados secundários e uma segunda, de natureza empírica.

Resulta do encaminhamento da pesquisa a visão de que a referida cidade assume importância ímpar para o cenário evolutivo do arranjo da cajucultura, seja por sediar instituições de pesquisas e ou investimentos, ou ainda, a cadeia de lojas, ofertantes de mercadorias e insumos, bem como de serviços especializados, fatos que permitem um processo produtivo ampliado, que tem no campo, o centro das atenções, considerando os processos produtivos e a cidade, o ponto de ancoragem para os negócios e ponto de partidas de relações entre quem compra e vende.

APL'S E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ORIGENS E PERSPECTIVAS EVOLUTIVAS

Uma rápida volta no Dicionário Aurélio, em busca de uma aceção conceitual de Arranjos Produtivos Locais – APL's encontra-se o termo *Cluster*, significando e aproximando a realidade buscada, como grupamento ou aglomeração.

A partir deste breve entendimento, pondera-se a necessidade de uma rápida rememoração conceitual do que sejam os arranjos. Antes de mais nada, Costa (2010, p. 406) nos faz lembrar que tal termo é fruto dos debates conduzidos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) do Brasil, no final da década de 1990.

As inter-relações sociais que foram construídas, lógicas de produção, bem como os fatores associados e o contexto geográfico de suas localizações, considerando suas potencialidades, a partir

daquele ano, permitiriam generalizar que os arranjos se caracterizariam pela presença de “grupo de agentes “orquestrados” por um grau de institucionalização explícito ou implícito ao aglomerado que buscam como finalidade, harmonia, interação e cooperação” (*Idem*, 2010, p. 407).

De forma complementar, Suzigan (2006, p. 76) diz que os referidos são “um sistema localizado de agentes econômicos, políticos e sociais ligados a um mesmo setor ou atividade econômica, que possuem vínculos produtivos e institucionais entre si”. Como se vê, na consecução dos arranjos, se fazem presentes, os vetores economia, governo, parceria e sociedade estão presentes na generalização conceitual.

Cabe pontuar dentro desta perspectiva que a Rede de Pesquisa em Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist) tencionando ampliar a importância conceitual e aplicativa destes APL's, abandonaram esta velha nomenclatura e lançam mão de uma nova condição conceitual – Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (ASPIL), por entender que esta dá conta da complexa abrangência, finalidades e funções que tais arranjos vem assumindo. Para fins deste texto, mantemo-nos ligados ao termo, ainda original.

Por falar em governo, dos inúmeros postulados conceituais sobre os arranjos, considerando sua trama de relações e de características, a partir das quais tem permitido projeções amplas e notórias em partes específicas do Brasil e que se verá mais adiante, vale ressaltar o entendimento conceitual do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) no Brasil que traz uma visão enxuta e direta do que sejam os mesmos, apontando que se caracteriza por um “número significativo de empreendimentos e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante, e que compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança, e pode incluir pequenas, médias e grandes empresas” (MDIC, 2004).

Observando a aproximação destas duas últimas conceituações, percebe-se que o entrelaçar de ações e de objetivos dos sujeitos que compõe os arranjos parece emoldurar uma espécie de receituário à existência de tais, pois os contornos de sucessos e reconhecimentos que possam advir ensejam existência de uma valorosa contribuição de “capital social, governança local, políticas públicas, ações conjuntas e externalidades” (MARIANI; SILVA, 2012, p. 231).

Associado a este fato, é também oportuno perceber que tais arranjos se acomodam num dado recorte (regional) do território e como tal, geram uma ideia de aglomeração. Este termo, considerando sua existência, enquanto sinônimo de uso de recortes territoriais para fins de reprodução do sistema capital, nos remete lembranças de Alfred Marshall, referência na literatura econômica e que trabalhou no conceito de “distritos industriais”, informando que o adensamento de atividades industriais, em um dado recorte regional estava ligado à existência forças e interesses externos, por meios de diversos agentes capitalísticos dinamizando a região e os processos produtivos, uma vez que tendiam

a aproveitar as potencialidades encontradas na região. Este fato dá similitude na organização dos APL's.

Não à toa, o aparecimento do termo no dicionário, faz sentido à realidade que hoje fortemente se processa, pois, sua origem remonta aos idos dos anos de 1970 no Brasil e naquele momento fazia referência a estudos sobre competitividade, entre quaisquer segmentos de negócios, vistos como aglomerados que poderiam “ocorrem em muitos tipos de setores, em campos maiores ou menores e mesmo em alguns negócios locais [...]” (PORTER, 1999, p. 36).

Competitividade, eis a palavra de ordem para mudanças institucionais. Partiu daí, os desafios impostos pela nova lógica produtiva e a necessidade das diferentes regiões do Brasil, em maiores inserções na conexão lugar/mundo, ditados pelas regras de mercados dos anos de 1990. Estes fatos imprimiram sobre nosso país, por meio do propalado “desenvolvimento capitalístico produtivo”, as regras dos novos comportamentos ditados pelos mercados e necessidades externas, encampando novas roupagens de concorrências já prenunciadas nas décadas passadas.

É oportuno lembrar que a espacialização dos diferentes setores e segmentos foi remodelada em dinâmicas seletivas no território, momento que se costurou uma associação de um desenvolvimento regional dentro dos quadros de desenvolvimento das atividades econômicas, indutoras de uma organização espacial. Nessa trajetória, a constituição dos arranjos foi marcada pelas “trajetórias históricas de construção de identidade e de formação de vínculos territoriais (regionais e locais), a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum” (CAMPOS *et al.*, 2005, p. 165).

Em verdade, a construção conceitual e aplicativa dos arranjos emergiu como um “guarda-chuva” que foi capaz de abrigar um amplo e diversificado leque de fenômenos produtivos, regionalmente, menosprezados e ou não conhecidos até então, merecedores de um futuro promissor em investimentos, fato que lhes projeta como alvo e instrumento de descentralização de uma política de investimentos econômicos e manejos políticos setoriais.

As potencialidades regionais em nosso país foram sendo “descobertas”, seja para investimentos, seja para pesquisas, por meio de diferentes instituições, dos quais é válido mencionar: Banco Mundial (BID); Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD); Ministério da Integração Nacional (MI), Caixa Econômica Federal (CEF) e Serviço de Apoio as Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE), Universidades diversas, entre muitas outras.

A avalanche de interesses, entre os diferentes sujeitos e instituições, dá pistas de entendimentos que é como se tivessem “descoberto” um Brasil não mostrado, não conhecido e/ou mal aproveitado. Diante dessa aparente leitura, o fato é que a integração entre setores públicos, notadamente, por meio de políticas públicas para fomento dos arranjos, só ganhou resguardo definitivo

a partir de sua inclusão na política industrial, tecnológica e de comércio exterior (Pitce), amparada pela publicação da Portaria Interministerial nº 200, de 2 de agosto de 2004, que criou o Grupo de Trabalho Permanente (GTP) para os Arranjos Produtivos Locais.

Resultou então desse encaminhamento, via grupo, a construção de um Termo de Referência (RT) como extensão de apoio e de compromisso ao desenvolvimento dos arranjos. Tal documento menciona as regras do que de fato venha a ser um arranjo. Nessa condição, uma característica essencial destes agrupamentos era possuir um número significativo de “empreendimentos e indivíduos no território; atuar em torno de uma mesma atividade produtiva predominante em que compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança, podendo incluir pequenas, médias e grandes empresas” (MDIC, 2005, p. 199).

Como se vê, o público e privado passaram a atuar em colaboração, o que revela uma das facetas da agenda neoliberal impostas sobre o Brasil no pós 1990. Esse fato revelou a possibilidade de expansão de aplicação de investimentos em diferentes agrupamentos, em localidades geográficas distintas do país, dando conhecimento e reconhecimento a produto e produtores, potenciais e potencialidades produtivas, pois é a partir destes que “verifica-se o maior número de aglomerações no Brasil nos setores de atividade tradicionais (indústria tradicional, agropecuária e turismo), que, em geral, são as mais antigas e de maior dimensão econômica” (CROCCO *et al.*, 2003, p. 23).

A valorização destes setores/atividades passou a reinventar novas relações do rural com o urbano, principalmente quando da aplicação de diferentes políticas públicas e institucionais em tal, pois o papel destas é “orientar e coordenar os esforços governamentais na indução do desenvolvimento local, buscando-se, em consonância com as diretrizes estratégicas do governo, a geração de emprego e renda e o estímulo às exportações” (MEIRELLES JUNIOR, 2013, p. 149).

Os esforços foram amplos e decisivos para que os arranjos ganhassem força, principalmente, depois da publicação da citada Portaria Interministerial, por meio da instituição binominal GTP-APL's, que entre os vários nortes de ação, em primeira instância estavam em identificar os arranjos pelo país, como forma de conhecê-los e assim, por conseguinte a formulação e aplicação de políticas públicas e institucionais. Deste feito, no ano de 2005, uma verdadeira “força tarefa” foi montada para mapeamento dos APL's no Brasil. Estiveram envolvidas várias IES, pesquisadores e agências de fomento em investimentos, todos agrupados em torno do GTP-APL's regionais. Nesse processo, foram identificadas 958 unidades em todo Brasil, tomando como referência duas perspectivas: Setores Produtivos e Intensidade Tecnológica no Brasil. No caso do Piauí, foi reconhecido 75 unidades.

Feita a identificação, ficou claro a existência e a concentração dos arranjos no Brasil e Nordeste, particularmente, em torno do setor primário, fato que veio posicionar, notadamente, no interior daquela região, uma nova conjugação de relações entre o rural e o urbano, o que implica no

desenvolvimento de “capacidades inovadoras e empreendedoras calcadas nos recursos culturais específicos da cada localidade” (FUINI, 2011, p. 107). Esse fato será oportunamente mostrado a seguir.

O NORDESTE SERTANEJO DE POSSIBILIDADES: CENÁRIOS DO ARRANJO PRODUTOR LOCAL CAJUCULTOR

As práticas da cajucultura são além de tradicionais, também elementos do recorte histórico de formação e de organização socioespacial do Brasil. Seus traços de usos e de manejos econômicos são recentes. Numa perspectiva histórica, o destaque faz sentido, seja pela variedade de usos, seja pelos aproveitamentos, pois além do pedúnculo, a castanha (Amêndoa de Castanha do Caju – ACC) enquanto fruto permite a extração de óleo – Líquido da Casca de Castanha de Caju (LCC), bem como seu consumo de forma processada em diversos formatos, além do aproveitamento da madeira para fins diversos, entre eles, o carvão, elemento complementar de renda ao nordestino sertanejo.

Economicamente falando, considerando os interesses para investimentos sobre essa cultura, a partir do Nordeste, haja vista as condições geoambientais regionais serem favoráveis, o olhar de aproveitamento das potencialidades em questão, tem importância iniciada, a partir do segundo quartel do séc. XX, em que as práticas da cajucultura se fizeram amparada por incentivos políticos de investimentos, via Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A projeção desta instituição foi dada, graças aos seus objetivos de coordenar e de aplicar dinheiro público distribuído entre as “políticas setoriais. Para tal contou como fonte de recursos e de doações orçamentárias nunca inferiores a 2% da receita tributária da União, estabelecida na Constituição, como fundo de auxílio ao combate às secas nordestinas” (MENEZES; MENEZES, 1998, p. 79).

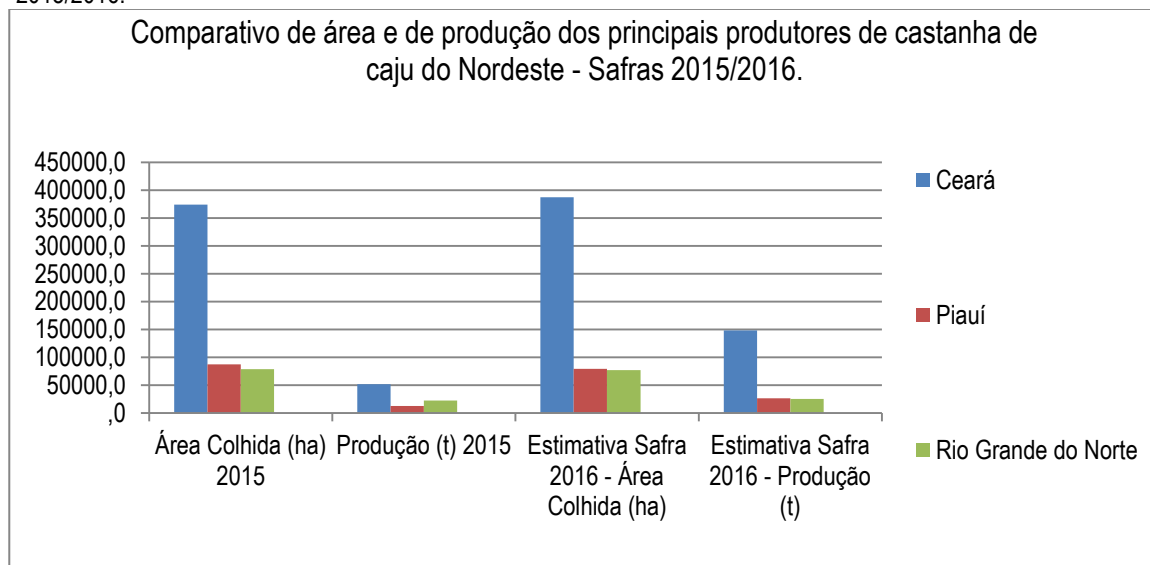
Nesse contexto, o setor de lavoura do caju no Nordeste brasileiro, a partir de 1968, experimentou diferentes bases de investimentos, dos quais é válido mencionar: pela SUDENE (Decreto34/18), além do PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Decreto-lei 1134), bem como o Banco do Brasil (FISSET – Fundo de Investimentos Setoriais) e posteriormente pelo FINOR (Fundos de Investimentos no Nordeste) (o (PAULA PESSOA; PARENTE, 1991, p. 238).

Como se vê, a força política e assistencialista promovida por aquela superintendência, orquestrada para pensar, planejar e executar um novo tempo de condições no Nordeste Brasileiro, em diferentes campos de atuação (forte representação seletiva de investimentos nas atividades industriais, passando pelo agronegócio, incentivos à promoção de comércios e serviços, etc.), foi de extrema valia àquela região, pois entre outras possibilidades, revelou o grande “esforço do Estado na confecção de

uma das mais ousadas e dialéticas formas de políticas públicas para “salvar” o Nordeste, de suas lastimações e atrasos” (LIMA, 2014, p. 96).

Esses direcionamentos de investimentos, com vistas ao estímulo produtivo, desde os anos de 1960, tem permitido em nível regional e nacional, aos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, respectivamente a capacidade de liderança produtiva e de cultivo, fato atestado a partir da demonstração dos dados do gráfico 1.

Gráfico 1: Comparativo de área e de produção dos principais produtores de castanha de caju do Nordeste - Safras 2015/2016.



Fonte: IBGE – Elaboração: Conab/RN (Com adaptações).

A tomada apenas destes três Estados justifica-se pelo fato de serem a liderança produtiva da castanha de caju na região nordestina. O Ceará, como visto desponta quantitativamente. O Piauí, apesar de estar em terceiro plano na produção de 2015, comparado aos dois estados listados, em termos de área colhida naquele ano e pelas projeções para 2016, ainda galga uma segunda posição de destaque.

Importante mencionar que a expressividade produtiva do caju e que tem como carro chefe, a castanha de caju no Nordeste brasileiro, tem no espaço sertanejo (em municípios localizados em ambiência sertaneja) sua vocação produtiva. Esses dados revelam uma salva guarda de vida à parte da população nos sertões nordestinos, em especial recorte, às comunidades rurais que vivem da prática extrativista, pois esta cultura “cumpre uma função muito importante na economia rural nordestina: a de complementar a renda do agricultor com um fluxo monetário na fase do ano na qual não existe outra produção” (CARNEIRO, 2010, p. 73).

Os números são resultados de um processo evolutivo de canalização de investimentos e de interesses em comum, entre diversas partes. Estas, entre diferentes atores e instituições, no formato de

parcerias que foram e são marcados pelas aberturas de linhas de crédito, de estudos e de pesquisas e investimentos específicos, com destaque nesse agrupamento para a:

Fundação Banco do Brasil, dentro do programa Fome Zero do Governo Federal, está incentivando no Nordeste brasileiro a revitalização de unidades produtivas existentes e criando novas unidades, reunindo a colaboração de parceiros como a Embrapa, o Sebrae, Universidades, Conab, dentre outros, na organização da gestão produtiva e comercial dessa atividade (PAULA PESSOA *et al.*, 1998, p. 231).

É visto então a formação de uma forte cadeia produtiva e que em nível de Região Nordeste, apesar de sua imensa espacialidade geográfica, o grande mote produtivo diz respeito a três Estados, cada qual com potenciais municípios que passaram a ter parte de suas economias movidas em função dos processos extrativistas. Nesse ponto, o SEBRAE (Serviço de Apoio as Pequenas e Médias Empresas), EMBRAPA MEIO NORTE (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e EMATER (Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural) desde os anos 2000 vem apresentando papéis decisivos nos processos de organização da cadeia, bem como orientações no manejo administrativo, nos municípios de expressão regional em tal cultura, oportunidade que será apontado com maior destaque, na próxima seção.

Como se vê, as atividades dos arranjos da cajucultura são de extrema valia ao Nordeste “seco” e seu conteúdo social ali presente. Em verdade, é impossível não reconhecer que ambas as atividades são complementares, seja no tempo e ou espaços onde ocorrem. O assentamento das características espaciais se faz manipulado pelos rigores e ditames do clima reinante nos sertões do Nordeste brasileiro.

Nesse recorte espacial, justamente nos períodos de estiagem, o cajueiro floresce, fornecendo aos enxames pólen e néctar “numa época em que a maioria das plantas do Semiárido está sem flores, mantendo os enxames. Por outro lado, a cajucultura gera renda no período seco, quando há menor possibilidade de desenvolvimento de atividades agrícolas por conta da baixa disponibilidade hídrica” (KHAN *et al* 2014, p. 61).

PRODUZINDO NO CAMPO, NEGOCIANDO NA CIDADE: NOVAS RELAÇÕES SOCIAIS E DINAMISMO ECONÔMICO E REGIONAL NA MICRORREGIÃO DE PICOS/PI

Para situar o papel da Microrregião, bem como da cidade de Picos/PI na conjuntura da discussão aqui proposta, faz necessário localizá-la cartograficamente, a partir da figura 1 logo a seguir e assim, contextualizar as características da sua espacialidade, bem como dos outros municípios, que em conjunto, são potencialmente produtivos à consecução da cajucultura.

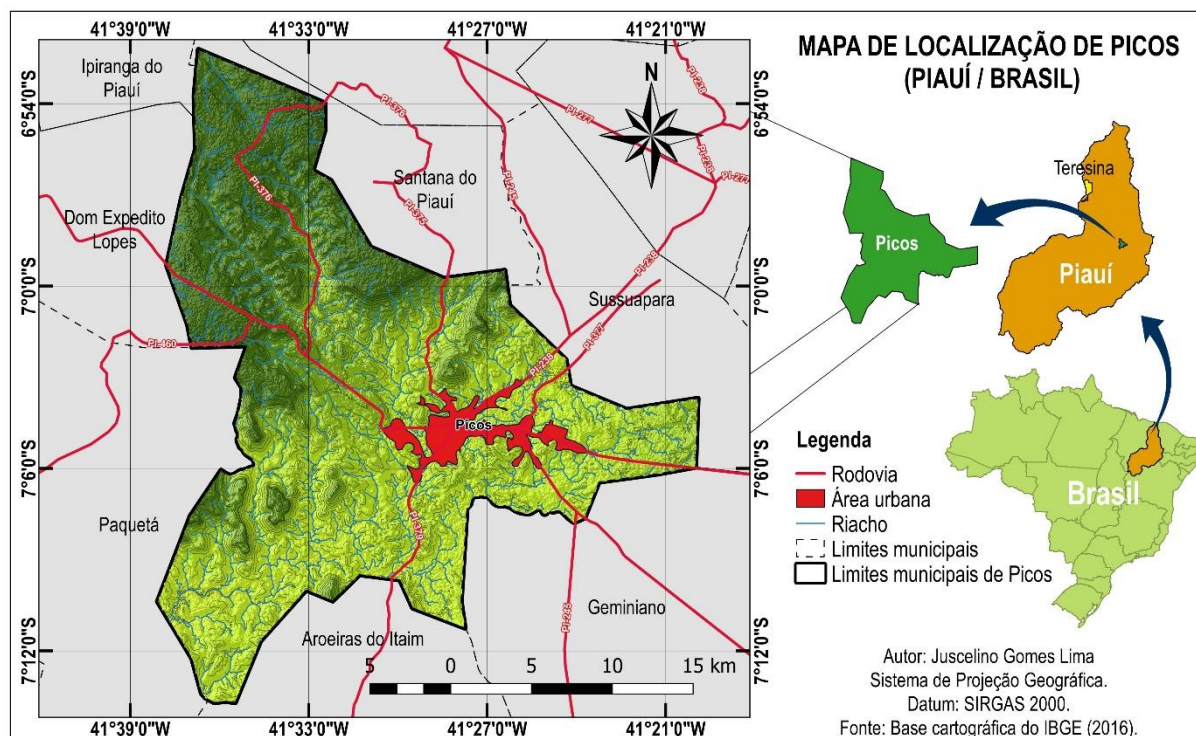


Fig. 1: Mapa de localização da Microrregião e cidade de Picos/PI.
 Fonte: IBGE, 2016.

Num primeiro momento é notório informar que a localização da sede do município, é distante 307 km da capital do estado. A mesma possui área de 577, 304 km². No ano de 2010, apresentou um total de 73.414 habitantes (IBGE, 2010). Complementa esta caracterização, o fato de tal cidade ser um dos principais entroncamentos rodoviário do Nordeste, conectando os Estados do Piauí, Ceará e Maranhão ao resto do Nordeste e país. Frente a estas informações, Picos/PI tem se apresentado nos últimos anos com a capacidade de cidade de comando regional, haja vista seu dinamismo econômico e produtivo, notadamente pelo cabedal de comércios e de serviços ofertados. Resulta disso, um largo raio de influência, ampliado a um grande número de muitas outras cidades, dentro do quadrante regional denominado pelo IBGE de “Microrregião de Picos” (composta por mais de vinte, dos quais cita-se Valença, Pimenteiras, Oeiras, etc.).

Sua localização nos sertões piauienses, assim como dos outros municípios, de importância cajucultora, também apícola, possuem conteúdos e condições geoambientais específicos, fatores conforme dito antes, importantes à existência das matérias primas das respectivas culturas. Nesse sentido, o recorte de localização dos municípios em apreço se faz caracterizado por apresentar:

[...] relevo pertence ao maciço nordestino, e no Território Vale do Guaribas é suavemente ondulado constituído por serras e serrotes de altitudes modestas, que dispostos no sentido norte-sul, canalizam os ventos alísios dificultando a ocorrência de chuva na região [...]. Inserido na região quente e úmida, com alternância dos índices pluviométricos anuais entre 400 a 900 mm, em cerca de metade do estado do Piauí predomina o clima BSh – semiárido quente (GÂNDARA, 2013, p. 69).

É nesse cenário de condições geoambientais que coexistem fatores de favorecimento à dinâmica reprodutiva dos arranjos da cajucultura. Fora esse contexto, o que também tem contribuído

como favorecimento a expansão dos negócios é a organização de tais arranjos em cooperativas. Por meio destas, o giro comercial e de moeda no município, ampliam a rede de negócios, a circulação monetária e a rede de empregos, fato que amplia os incentivos/convites a novos investimentos comerciais que direto ou indiretamente fazem ligação com as atividades em análise.

Cooperar é sinônimo de fortalecimento e de estreitamento de laços, no caso por e a partir de um grupo social que possuem objetivos e metas em comum. Pensando nisso e no reconhecimento de valores e de potencialidades que os arranjos no Nordeste brasileiro e especificamente no estado do Piauí arrecadaram, a partir da chegada e da permanência de instituições financiadoras e atores interessados, entende-se então que houvera a constituição de um capital social que arregimentou possibilidades de vantagens entre quem produz e comercializa os diferentes produtos dos arranjos.

A constituição desse capital ativou e animou as relações sociais, as esperanças de produção e de valorização dos esforços das comunidades envolvidas, já que sua presença e organização para aplicação demandam “normas, reciprocidade, solidariedade, informação e confiança presente nas redes sociais informais desenvolvidas pelos indivíduos em sua vida cotidiana, resultando em numerosos benefícios diretos ou indiretos [...]” (PASE, 2006, p. 131).

Entretanto, a construção de laços de confiança, entre o meio rural e a cidade, no contexto de parcerias e ajudas mútuas, notadamente no cenário de relações campo e cidade no Nordeste do Brasil, são recentes, uma vez que há destaque para o Programa de Apoio ao Pequeno produtor Rural – PAPP, em 1985 (SALES, 1994, p. 50). Ao lado disso, constituíram-se como falhas e deterministas, fatos que talvez possam explicar o não amadurecimento de oportunidade de desenvolvimento dos arranjos há mais tempo.

Nesse sentido, a organização de um capital social crescente em recortes regionais específicos do Piauí e que tomam os arranjos como foco, teve maior sentido com as práticas associativas de formação de cooperativas que se fizeram antes dos anos de 1950, nas cidades de União e Teresina/PI, por meio da instituição da Cooperativa David Caldas. Para a realidade em discussão, em Picos/PI, atualmente, a maior parte das cooperativas se vinculam às práticas dos Arranjos cajucultores, em que a expressão no formato de organização e de liderança deste segmento produtivos são a Central de Cooperativa dos Cajucultores (COCAJUPI) e Cooperativa dos Produtores de Cajuína do Estado do Piauí (CAJUESPI).

O fortalecimento das cooperativas em diversas partes do território nacional significou a elevação das mesmas à condição de vozes do povo rural na cidade. A consolidação dos APL's foi elo determinante desse processo. Somam-se nessa consolidação as diferentes articulações entre cooperativas, atores com investimentos, bem como institucionais, com contribuições técnicas

participantes nos processos produtivos e comerciais. Esse conjunto permitiu um importante desenho de relações e assim projeções dos arranjos dentro de seus quadros regionais.

Dessa dinâmica, resultou entre 2009 e 2010, o mapeamento das Políticas dos arranjos, em regiões específicas do Brasil. Denominada de “Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste”, teve iniciativa a partir da Rede de Pesquisas em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist). Tal estudo foi encomendado pela parceria firmada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Fundação de Pesquisas (FUNPEC). Buscou-se em tal, identificar os principais APL's nas regiões tomadas como recorte de análise, bem como também caracterização e análise dos impactos das grandes obras federais (a exemplo do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento em diversos contextos, entre eles, o dos arranjos). No Piauí, o levantamento de informações e análises por meio de relatórios foi creditado ao Banco do Nordeste (BNB); Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico do Estado do Piauí (SEDET), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEMDEC) e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Piauí (SEBRAE-PI) e coordenação da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

A tomada de recortes regionais específicos para o mapeamento teve um senso estratégico: além do reconhecimento de potencialidades, também o apontamento de suas vocações, o que revela a necessidade de novos e diversificados investimentos em tais.

No Estado do Piauí, a partir deste projeto, foram identificados arranjos em quantitativos diferentes, pois dada as instituições envolvidas, a partir de suas formulações conceituais do que seria um Arranjo Produtivo Local, permitiriam confecções de resultados diferentes. Dos trinta arranjos/projetos identificados e catalogados pela metodologia do GEOR (Gestão Estratégica Orientada para Resultado -Ferramenta de estudos/pesquisa periódicas do SEBRAE), percebe-se que oito estão localizados em municípios sertanejos. Destes, três são de Picos/PI, com predominância para as práticas apícolas e de cajucultura, respectivamente (Apis Araripe e Aprisco do Araripe) e um cajucultor (Cajucultura do Piauí).

Na figura 2, fruto dos trabalhos de análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos, descritos anteriormente, temos uma visão da dimensão distributiva dos principais municípios produtores do caju. Em destaque, a Microrregião de Picos/PI, agregando a maior parte no Estado, com mais de 40 municípios.

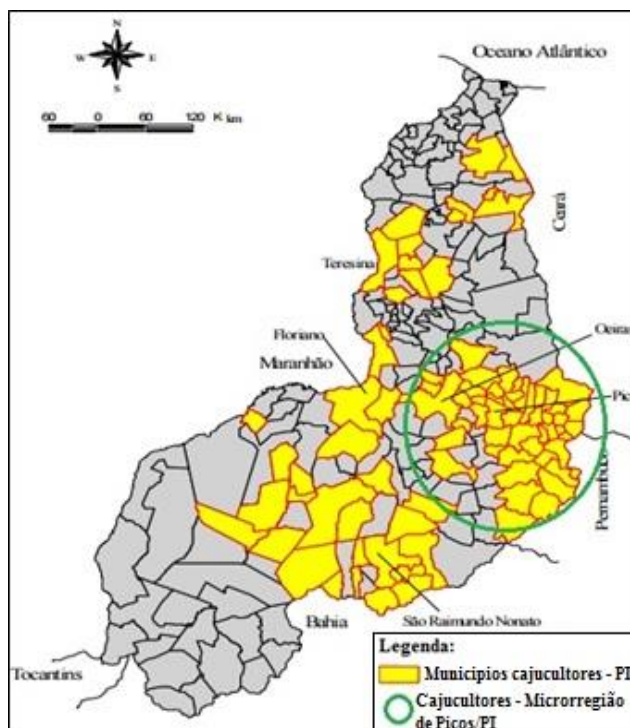


Fig. 2: municípios cajucultores no Piauí. (Com adaptações).

Fonte: Veloso *et al* 2009.

A tomada de análise da Microrregião de Picos/PI na dinâmica produtiva faz sentido, pois dada as condições geoambientais reinantes à área e já descritas anteriormente e que são motivos de ordem superior ao desenvolvimento das lavouras do caju, tem-se então o vislumbrar dos principais municípios a partir de suas capacidades produtivas, de colheita, bem como de rendimento por área, tal qual é visto pelos dados da Tabela 1.

Tabela 1: Área colhida, quantidade produzida e rendimento médio da castanha de caju, conforme importância municipal.

Estado	Municípios	Área Colhida (ha)	Quantidade Produzida (t)	Rendimento médio (kg/há)
PI	Pio IX	18.487	2.773	150
	Monsenhor Hipólito	2.667	600	225
	Inhuma	2.350	564	240
	Dom Expedito Lopes	2.193	351	160
	Francisco Santos	1.763	634	360

Fonte: IBGE, 2015.

Para fins de objetividade de uma amostragem particular, elegeu-se os cinco municípios com maiores expressividades produtivas do Estado e que oportunamente, se localizam no quadro da Microrregião em destaque. Diante desses números, reafirma-se a visão de que é nos sertões do Piauí, onde encontram-se os motores pulsantes e motivadores para grandes produtividades, nos arranjos da cajucultura.

O papel do SEBRAE para a dinâmica dos números é decisivo, uma vez que trabalha com “ações institucionais de apoio ao empreendedorismo envolvem a formação de incubadoras, desenvolvimento tecnológico, apoio a arranjos produtivos locais, dentre outras” (VELOSO *et al.*, 2009, p. 23).

Retomando ao debate do trabalho de identificação dos principais arranjos no estado do Piauí, com vistas à operacionalização de apoio e de orientação para a cadeia produtiva do caju, a atuação do SEBRAE/PI, junto às comunidades que lidam com esta cultura, vem se dando desde o ano de 2002, por meio do Projeto Setorial Integrado, de Promoção de Exportações das Pequenas e Médias Empresas da Cajucultura do Piauí (conhecido como PSI da Cajucultura). É por meio deste projeto que houve a reestruturação do setor, com ampliação do quadro fabril, bem como qualificação da mão de obra empregada e a integração entre municípios de grande expressão produtiva, oportunidade que ensejou atuação e investimentos pelo:

Governo do Estado do Piauí, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo; Associação de Exportadores de Produtos da Cajucultura do Piauí – CAJUEXPORT; Banco do Brasil S.A.; Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB; Banco do Nordeste do Brasil S.A; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí – SEBRAE/PI e Federação dos Trabalhadores da Agricultura – FETAG (CRUZ NETO, 2010).

Ampliando a visão da atuação institucional para o desenvolvimento deste arranjo bem como outros, em nível estadual, partindo da metodologia de trabalho de identificação, reconhecimento e assim, o fomento de ações com vistas ao dinamismo de produções dos arranjos no Piauí, em diferentes municípios, bem como, a expansão da política de pesquisas, há destaque para a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).

A CODEVASF, numa perspectiva de desenvolvimento regional integrado, junto ao governo do estado do Piauí, tem parte de suas linhas de atuação e de projeção de investimentos baseado no Plano de para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba (PLANAP), já caracterizado anteriormente, o que influencia na confecção do Plano Plurianual de Investimentos do governo estadual piauiense.

Dentro do foco de planejamento daquele Plano, um faz importante mencionar e que cabe na defesa aqui pretendida que é a do ‘desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais’, oportunidade que para a Bacia do Parnaíba, foram identificados os principais APL’s, em numero de sete arranjos, dos quais está presente a da cajucultura, onde a maior parte se localiza na Microrregião de Picos/PI. Frente a isso, a proposição de projetos de investimentos técnicos em tais arranjos não foi o mero acaso.

Por outro lado, tal possibilidade de trabalho não difere do SEBRAE/PI. A exceção nesse processo está na identificação dos municípios potencialmente produtivos. Assim sendo, há municípios

onde a CODEVASF identifica como potencialmente produtivo do caju que pode estar ou não reconhecido também pelo SEBRAE/PI. A visualização deste fato é possível nas figuras abaixo.

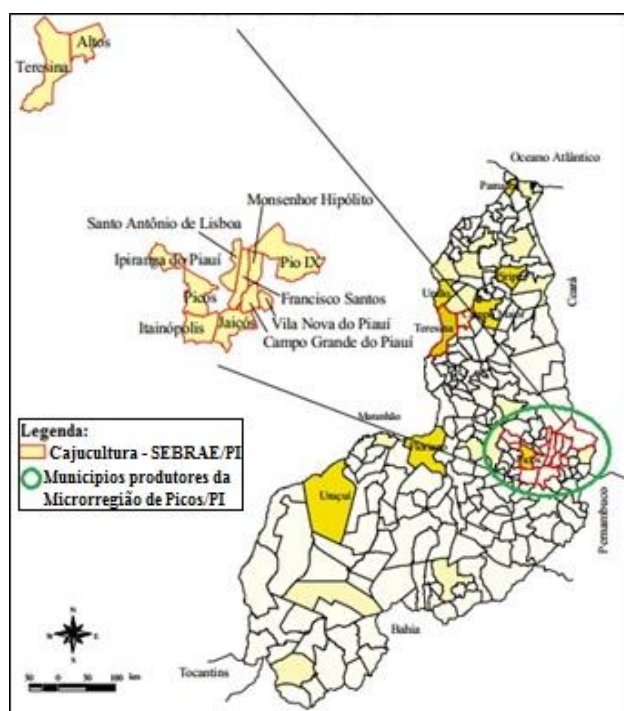


Fig. 3: municípios da Cajucultores - SEBRAE-PI (2009).
Fonte: Veloso *et al* 2009. (Com adaptações).

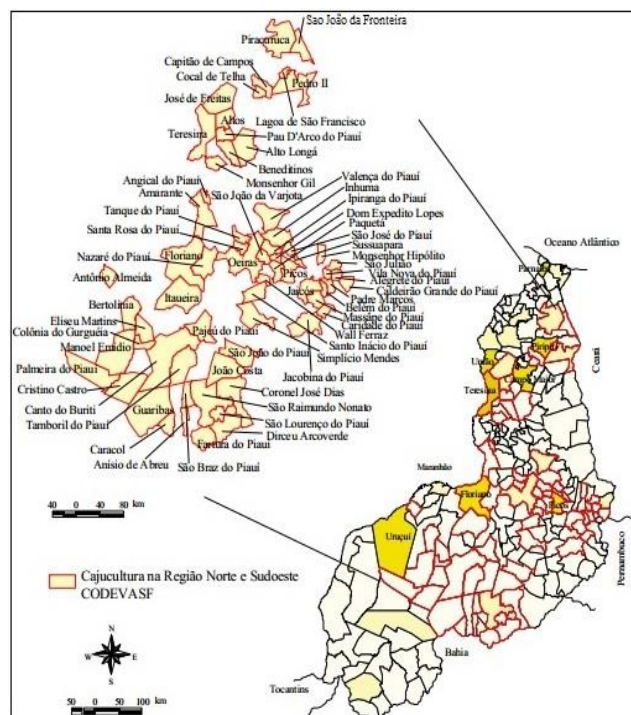


Fig. 4: municípios da Cajucultores CODEVASF-PI (2009).
Fonte: Veloso *et al* 2009. (Com adaptações).

Ainda sobre o plano da CODEVASF, além da identificação destes arranjos, considerando a importância dos mesmos aos recortes municipais neles estabelecidos, há por meio desta instituição e seu plano de ação, a consecução de:

[...] programas de desenvolvimento sustentável” para cada caso, que compreendem a definição de estratégias gerais e de atividades a serem implementadas em três etapas, com a indicação dos produtos a serem alcançados, num horizonte de 20 anos. O plano aponta também a abrangência desses programas para arranjos nas sub-regiões da bacia e detalha os mesmos nos planos específicos de cada território de desenvolvimento (VELOSO, *et al.*, 2010, p. 26).

Este plano vislumbra uma possibilidade de desenvolvimento regional num longo período de tempo por meio de diferentes ações, em que o apoio aos arranjos é apenas um recorte. Nesse sentido, percebe-se que as duas instituições tem focos, papéis próprios e deterministas, uma vez que o SEBRAE/PI apresenta um foco mais “empresarial”, “gerencial” e promovedor de resultados, a partir do melhoramento da força de trabalho e organização produtiva. Referente à CODEVASF predomina uma organização técnica e desenvolvimentista.

Outras instituições que merecem destaque nos encaminhamentos para os processos de dinamismo econômico e produtivo permitido a partir dos cajuais, se configurando, portanto, como duas importantes representações que deram impulsos decisivos às comunidades envolvidas com o tema do caju são a Central de Cooperativa dos Cajucultores (COCAJUPI) e Cooperativa dos Produtores de

Cajuína do Piauí. (CAJUESPI). O dinamismo produtivo em todo Estado, por meio destas instituições, é organizado por uma massa de trabalhadores representados por “um quadro social de aproximadamente quinhentas famílias. Possui uma área de 17.500 hectares, plantados no estado do Piauí” (SILVA, 2011, p. 75).

Retomando à dinâmica dos números, por meio de parcerias que deram escopo aos mesmos, os parceiros alinhados com as ações do SEBRAE/PI são: o Banco do Brasil; Curso de agronomia da Universidade Estadual do Piauí – UESPI; EMATER/PI; Fundação UNITRABALHO, Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) e o governo do Estado.

Importante mencionar que estes parceiros compõe um comitê. Este, desde sua fundação, tinha na figura do governo do estado, seu principal canal para uma política de articulação que incentivasse recursos e investimentos. Entretanto, o papel confiado ao mesmo, no sentido de viabilizar obras e ações que viessem dar expansão aos processos produtivos, foi marcado por uma “certa morosidade com a lentidão dos processos de licitações públicas, o que teve como consequência certa desmobilização do Comitê Gestor” (*Idem*, 2011, p. 77).

A fragilidade deste ator no cenário de consecuições esperadas pela rede de cooperativas, de alguma fragilizou (e até atrasou) desde a fundação, uma maior capacidade de projeção que o setor esperava alcançar. Nesse sentido, lembra-se que o cumprimento das responsabilidades da representação política passa necessariamente pelo foco de uma “formação da agenda de um governo, compreender como questões se tornam relevantes num determinado momento, mobilizando esforços e recursos, são também questões importantes” (CAPELLA, 2005, p. 223).

Mesmo diante da inoperância por parte do poder político, este setor se (re)estruturou com o apoio de investimentos dos outros parceiros citados. Mais ainda: ganhou visibilidade e dimensões produtivas. O respaldo nesse sentido se faz somado com orientações técnicas de produção, com vistas a sua potencialização. Assim, a presença de instituições não necessariamente financeiras, mas de pesquisas, conforme já apontado, desempenharam/desempenham papel crucial.

De todo modo e reafirmando o que já foi posto anteriormente, é na ambiência dos sertões piauienses que se fazem localizados a grande quantidade de municípios potencialmente produtivos. A identificação destes revelou o apoio aos produtores, acompanhou o fortalecimento das respectivas cadeias produtivas, bem como das cooperativas envolvidas. Tudo isso nos instiga a pensar o quão importante se faz o papel exercido pelas diferentes instituições, por meio de políticas de programas de incentivos, bem como os diferentes atores para uma dinâmica econômica que começa no campo e é materializada na cidade.

O papel da cidade de Picos/PI nesse contexto é de uma espécie de “escritório” onde se desenvolvem ações de etapas finais vinculadas aos arranjos – celebração de acordos e de contratos,

envolvendo negociação e negociadores, que visam a comercialização e expansão dos produtos, entre outros. Contudo, também é onde se desenvolvem ações iniciais – negociação e aquisição de produtos e de insumos, voltados aos processos produtivos, cursos de capacitação, orientações técnico/científicas, permitindo o crescimento e o desenvolvimento do trabalho social cooperado empreendido.

Apesar de que também em suas áreas rurais se desenvolvam atividades relacionadas aos arranjos, o grande mérito da cidade fica por conta de sua capacidade comercial e de serviços. É o lugar onde prevalecem a dinâmica de fixos e fluxos que dão sentido à existência dos arranjos. Assistiu-se no conjunto da “obra de ações” apontadas, um grande envolvimento social. Este, motiva forte relações entre as diferentes estâncias municipais rurais com a cidade de Picos, via cooperativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo se propôs a apontar a importância que a cidade de Picos/PI possui no contexto da dinâmica produtiva dos Arranjos Produtivos Locais da cajucultura, considerando um conjunto de municípios potencialmente produtivos, inseridos no quadro territorial de uma Microrregião piauiense que leva o nome daquele município. Foi mostrado ao longo da discussão que o processo de constituição dos arranjos, no Brasil, Nordeste Piauí, foi de alguma forma tardio, porém acelerado, no pós 1990.

A aceleração foi uma resposta às mudanças e organizações político/institucionais, bem como econômicas que o país atravessara, oportunidade em que instigou o “desvendar” de potencialidades produtivas no campo, via APL's em diferentes partes do Brasil, com especial destaque, a região Nordeste e estado do Piauí.

As qualidades ambientais dos sertões da Microrregião de Picos/PI deram motivos para o fortalecimento de atividades cooperadas e novas relações sociais, a partir da abundância da matéria prima, o caju. A presença destes, somados ao interesse e às atuações diversas de instituições como o SEBRAE/PI e CODEVASF, além do fomento financeiro de bancos, bem como ações pontuais dos governos estaduais e federais criaram condições para os números que em páginas anteriores se apontou e discutiu.

A cidade de Picos/PI se faz importante nesse contexto, pois tem sua localização estratégica nos sertões centro-leste piauiense: eixo de ligação com o resto dos estados do Nordeste, Sul e Sudeste do país. Possui um forte e dinâmico centro de comércio e de serviços instalados que servem a um impressionante quantitativo de cidades, inclusive de outros estados. Comporta sedes de Instituições de Ensino Superior, como as Universidades Estadual e Federal, bem como o Instituto

Federal de Ciência, Ensino e Tecnologia, ambas do Piauí. Estes ofertam cursos que desenvolvem pesquisas que tem imediato interesse sobre a produção, a organização e as capacidades de melhoramentos do arranjo aqui em destaque.

A cidade enfim, possui um importante conjunto de equipamentos públicos e privados, de diferentes e de variados serviços e prestatividades a uma coletividade de pessoas e de municípios, dando opção, em grande parte a estes, o não deslocamento na busca dos serviços e produtos na capital do Piauí, distante, mais de 300 km.

Nesse sentido, a relação campo e cidade, no interior da Microrregião é fortalecida. Picos/PI, no interior desta e no contexto da dinâmica produtiva dos APL's como dito anteriormente, apresenta-se como uma espécie de “escritório” do setor rural. A presença de vários bancos, instituições de pesquisas, lojas de incrementos e insumos agrícolas reforçam as atividades rurais. Os Arranjos e as cooperativas, por meio das diferentes políticas institucionais, criadas e ou reforçadas por linhas de créditos, investidores e mercados externos, fazem fortalecidos, o capital social, no formato de cooperativas, hoje responsáveis, por um dinamismo econômico e regional na ambiência dos sertões piauienses.

REFERÊNCIAS

- BENKO, G. **Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CAMPOS, A.C.; CALLEFI, P.; SOUZA, J.B.L. **A teoria de desenvolvimento endógeno como forma de organização industrial**. In: Acta Scientiarum, v. 27, n. 2, p. 163-170, 2005.
- CAPELLA, A.C.N. **Formação da Agenda Governamental: Perspectivas Teóricas**. In: Encontro Anual da ANPOCS, 1., 2005, Caxambú, MG. Anais do 29º Encontro anual da Anpocs: ANPOCS, 2005. p. 218.
- CARNEIRO, W.M.A. **Cadeia Produtiva do Caju no Nordeste Brasileiro**. In: VALENTE JR. A.S.; CARNEIRO, W.M.A.. (Org.). Análises e Considerações sobre a Economia e Setores Produtivos do Nordeste. Fortaleza – CE: Banco do Nordeste do Brasil SA, 2010, v. 1, p. 67-84.
- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF. **Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba, PLANAP**: relatório final: Plano de Ações Estratégicas da Bacia do Parnaíba. Brasília: TDA Desenho & Arte Ltda., 2006.
- CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Castanha-de-caju** – Rio Grande do Norte Conjuntura mensal – Agosto 2016. Acessado em: 10/10/2016. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_08_10_09_58_41_conjuntura_rn_castanha-de-caju_agosto_2016.pdf.
- COSTA, E.J.M. da **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Brasília: Mais Gráfica, 2010. v. 1. 404 p.

CROCCO, M.A.; GALINARI, R.; SANTOS, F.; LEMOS, M.B.; SIMÕES, R. **Metodologia de Identificação de Arranjos Produtivos Locais Potenciais: Uma Nota Técnica**. Acessado em 07/10/2016. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20212.pdf>.

CRUZ NETO, J.A. **Uma avaliação econômica da cadeia produtiva do caju na macrorregião de Picos no estado do Piauí**. 2010. 69 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Ceará.

DUARTE, A. **A crise do fordismo nos países centrais e no Brasil**. In: Trabalho & Educação, v. 7, p. 48-61, 2000.

FUINI, L.L. **As novas dimensões do rural: território e arranjos produtivos locais**. In: Geografares, n.9, p. 103-122, 2011.

GÂNDARA, F.C. **Dinâmica no uso da terra de 1991 a 2010 da região semiárida do estado do Piauí: cajucultura e apicultura**. 2013. 103 f. Tese (Doutorado em Produção Vegetal). Programa de Pós Graduação em Produção Vegetal, Universidade Estadual Paulista.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção agrícola municipal – lavoura permanente 2015**. Acessado em 14/08/2016. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=220290&idtema=148>.

KHAN, A.S.; Vidal, M. F.; LIMA, P.V.P.S.; BRAINER, M.S.C. **Perfil da Apicultura no Nordeste Brasileiro**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2014. 245 p.

LIMA, J.G. **Dinâmicas Urbanas em Espaços Sertanejos Cearenses (DUESC): novas configurações do urbano e ações imobiliárias em Sobral/CE**. 2014. 160 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Estadual Vale do Acaraú.

MARINI, M.J.; SILVA, C.L. **Desenvolvimento Regional e Arranjos Produtivos Locais: uma abordagem sob a ótica interdisciplinar**. In: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 8, p. 107-129, 2012.

MEIRELLES JUNIOR, J.C. **Políticas públicas para os arranjos produtivos locais (APLs): uma visão estratégica**. In: Revista Vianna Sapiens, v. 3, p. 140-167, 2013.

MENEZES, A.M.F.; MENEZES, E.V. **O nordeste brasileiro no processo de reestruturação econômica: inclusão ou exclusão?** In: Sitientibus (Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana), UEFS - Feira de Santana, v. 18, p. 75-98, 1998.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E DE COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Grupo de trabalho permanente**. Acessado em 20/07/2016. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/>.

_____. **Termo de referência para a política de apoio ao desenvolvimento de arranjos produtivos locais**. Acessado em 20/07/2016. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1234181254.pdf.

PAULA PESSOA, P.F.A. de.; LEITE, L.A. de S. **Cadeia Produtiva do Caju: subsídios para a pesquisa e desenvolvimento**. In: CASTRO, A.M.G.; LIMA, S.M.V.; GOEDWERT, W.J.; FREITAS FILHO, A. &

VASCONCELOS, J.R.P.. (Org.). Cadeias Produtivas e Sistemas Naturais: prospecção tecnológica. Brasília: Embrapa/SPI, 1998, v. 1, p. 227-301.

PASE, H.L. **Capital social e desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul**. 2006. 265 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTER, M. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. Acessado em 20/07/2016. Disponível em:

https://books.google.com.br/books?id=SMfDDZCuCIEC&printsec=frontcover&hl=pt%20BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false.

SALES, T. **Caminhos da cidadania**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais (Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Recife, n° 25, p. 48-51, 1994.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Termo de referência para atuação do sistema SEBRAE em arranjos produtivos locais**. Acessado em 18/07/2016. Disponível em: <http://cppg.am.sebrae.com.br/apl/popup.htm>.

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX). **Sistema AliceWeb de consulta**. Acessado em 16/07/2016. Disponível em: <http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>.

SILVA, M.D.M.e. **Associativismo: as cooperativas de caju em Picos Piauí (COCAJUPI)**. 2011. 203 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco.

SUZIGAN, W. (Coord.). **Identificação, mapeamento e caracterização estrutural de arranjos produtivos locais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2006.

[VELOSO FILHO, F.A.](#); SILVA, F.R.V. ; CARVALHO, F.P.A. ; RIBEIRO, R.A. **Caracterização, análises e sugestões para adensamento das políticas de apoio a arranjos implementadas no Piauí**. Acessado em 28/07/2016. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Caracterizac_ao_PI.pdf.

_____. **Caracterização dos Grandes Projetos Federais no Piauí – Piauí**. Acessado em 29/07/2016. Disponível em: <http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br>.